

## VIGILÂNCIA AMBIENTAL E ATENÇÃO COMUNITÁRIA À SAÚDE

<b>DIPLOMA LEGAL</b>	<b>DATA</b>	<b>EMENTA</b>
Lei Federal nº 10.507	10/7/2002 DOU nº 132, de 11/7/2002.	Cria a profissão de Agente Comunitário de Saúde e dá outras providências. (Revogada pela Medida Provisória nº 297/2006)
Lei nº 3.716	9/12/2005 DODF nº 233, de 12/12/2005 Republicada DODF nº 63, de 30/3/2006	Cria a tabela especial de Empregos Comunitário do Distrito Federal vinculada à Secretaria de Estado de Saúde.
Emenda constitucional nº 51	14/2/2006 DOU nº 33, de 15/2/2006	Acrescenta os 4º, 5º e 6º ao Art. 198 da Constituição Federal.
Despacho nº 573	24/2/2006	Consulta a respeito da possibilidade desta secretaria contratar os atuais Agentes Comunitários de Saúde que atuam no Programa Família Saudável.
Resolução CPRH Processo 030.005.2009/2006	28/3/2006 DODF nº 63, de 30/3/2006	Autoriza a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal a proceder à admissão de 401 concursados remanescentes de concursos já realizados, bem como a realização de concurso público destinado ao provimento de 2615 vagas.
Média provisória nº 297	9/6/2006 DOU nº 111, de 12/6/2006	Dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único do Art. 2º da Emenda Constitucional nº 51, de 14/2/2006, e dá outras providências.
Lei nº 3.870	16/6/2006 DODF nº 115, de 19/6/2006 Republicada DODF nº 118, de 22/6/2006	Altera a Lei nº 3.716/2005. Dispõe sobre os empregos de Agente Comunitário do Distrito Federal e Agente de Vigilância Ambiental em Saúde.
Portaria Conjunta nº 8 - SGA/SES	18/7/2006 DODF nº 137, de 19/7/2006	Estabelece as atribuições dos empregos de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Vigilância Ambiental em Saúde.
Portaria nº 230	21/9/2006 DODF nº 183, de 22/9/2006	Fixa o valor da indenização de transporte em R\$ 111,70 devida aos ocupantes dos empregos de Agente Comunitário do Distrito Federal e Agente de Vigilância Ambiental em Saúde, quando em exercício em zona rural.
Resolução CPRH Processo 060.000.222/2013	27/12/2006 DODF nº 247, de 28/12/2006	Autoriza a realização de concurso público para o provimento de 830 cargos da Carreira Assistência Pública à Saúde do Distrito Federal e 400 Agentes Comunitários de Saúde.
Lei nº 4.017	21/9/2007 DODF nº 184, de 24/9/2007	Institui gratificação de 80% para os Agentes Comunitários de Saúde e para os Agentes de Vigilância Ambiental em Saúde incidente sobre o salário correspondente à Referência I, Anexo I, da Lei nº 3.870, de 16/6/2006.

## VIGILÂNCIA AMBIENTAL E ATENÇÃO COMUNITÁRIA À SAÚDE

Lei nº 4.039	31/10/2007 DODF nº 211, de 1º/11/2007	Dispõe sobre a vigência do disposto na Lei nº 4.017, de 21/09/2007.
Ação Direta de Inconstitucionalidade	27/5/2008	Ação Direta de Inconstitucionalidade – Art. 2º da Lei nº 3.870/2006 - aproveitamento de empregados públicos na Administração Direta do Distrito Federal.
Lei nº 4.203	5/9/2008 DODF nº 178, de 8/9/2008	Altera as tabelas de vencimentos básicos das Carreiras Assistência Pública à Saúde, Cirurgião-Dentista e Enfermeiro, bem como os salários da tabela de Empregos Comunitários.
Emenda à Lei Orgânica nº 53	2008 DODF nº 237, de 28/11/2008	Acrescenta os parágrafos 1º, 2º e 3º ao Art. 205 da Lei Orgânica do Distrito Federal e da outras providências.
Decreto nº 29.921	29/12/2008 DODF nº 259, de 30/12/2008	Dispõe sobre a inclusão dos cargos que especifica na tabela especial de Emprego Comunitário do Distrito Federal.
Processo nº 2006 00 2 006686-2	15/4/2009 DODF nº 72, de 15/4/2009	Ação Direta de Inconstitucionalidade.
Despacho	30/4/2009 DODF nº 86, de 6/5/2009	Prestação de serviço para a realização de concurso público para o preenchimento de 400 vagas de emprego público de Agente Comunitário de Saúde.
Parecer nº 1.585 – Propes/PGDF	11/9/2009	Alteração de regime jurídico dos Agentes Comunitários de Saúde.
Lei nº 4.434	9/12/2009 DODF nº 238, de 10/12/2009	Estende a parcela pecuniária instituída pelo Art. 1º da lei nº 2.770, de 18/9/2001, alterada pelo Art. 14 da lei nº 3.782, de 20/1/2006.
Lei nº 4.440	15/12/2009 DODF nº 242, de 16/12/2009	Altera as tabelas de vencimentos básicos da Carreira Assistência Pública à Saúde e dá outras providências. <b>(Art. 8º)</b>
Decreto nº 31.270	22/1/2010 DODF nº 16, de 25/1/2010	Regulamenta o instituto da Progressão por Antiguidade dos ocupantes dos empregos da Tabela Especial de Emprego Comunitário do Distrito Federal.
Ofício nº 29 - DIGEP/SUFAH/SES	2/2/2010	Regulamenta a Progressão por Antiguidade dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Vigilância Ambiental em Saúde – Decreto nº31.270, de 22/1/2010.
Emenda Constitucional nº 63	4/2/2012 DOU nº 25, de 5/2/2010	Altera o parágrafo 5º do Art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre piso salarial profissional nacional e diretrizes para os Planos de Carreira de Agentes Comunitários de Saúde e de Agentes de Combate às Endemias.
Lei nº 4.541	18/2/2011 DODF nº 36, de 21/2/2011	Altera o quantitativo estabelecido no Anexo II da Lei nº 3.716, de 9/12/2005, e no Anexo I da Lei nº 3.870, de 16/6/2006, e dá outras providências.
Memorando nº 82	3/9/2012	Acordo Coletivo de Trabalho dos Agentes de Vigilância Ambiental em Saúde e dos Agentes Comunitários de Saúde.

## VIGILÂNCIA AMBIENTAL E ATENÇÃO COMUNITÁRIA À SAÚDE

Resolução CPRH Processo 060.002.794/2013	7/5/2013 DODF nº 93, de 8/5/2013	Autoriza a realização de processo seletivo simplificado para a contratação, por tempo indeterminado, de 460 Agentes de Vigilância Ambiental em Saúde.
Portaria nº 83	10/5/2013 DODF nº 96, de 13/5/2013	Autoriza a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal a realizar Processo Seletivo Simplificado para a contratação, por tempo indeterminado, de 460 Agentes de Vigilância Ambiental em Saúde.
Resolução CPRH Processo 030.001.286/2006	4/6/2013 DODF nº 114, de 5/6/2013	Autoriza a realização de processo seletivo simplificado para a contratação, por tempo indeterminado, de 410 Agentes Comunitários de Saúde.
Portaria nº 98	6/6/2013 DODF nº 117, de 10/6/2013	Autoriza a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal a realizar Processo Seletivo Simplificado para a contratação, por tempo indeterminado, de 410 Agentes Comunitários de Saúde.
Lei nº 5.237	16/12/2013 DODF nº 269, de 17/12/2013	Cria a carreira Vigilância Ambiental e Atenção Comunitária à Saúde do Quadro de Pessoal do Distrito Federal.
Portaria nº 328	18/12/2013 DODF nº 271, de 19/12/2013	Aprovar normas para concessão da Gratificação de Titulação – GT da Carreira de Vigilância Ambiental e Atenção Comunitária à Saúde do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, que dispõe o artigo 15 da Lei nº 5237, de 16/12/2013.
Portaria nº 199	1º/10/2014 DODF nº 207, 2/10/2014	Dispõe sobre os horários de funcionamento das Unidades Orgânicas da Secretaria de Estado de Saúde – SES/DF, elaboração de escalas de serviços, distribuição de carga horária dos servidores efetivos, dos servidores requisitados de outros órgãos, ocupantes de cargos comissionados e de natureza especial, dos contratados nos termos das Leis nº 4.266/2008 e nº 5.240/2013, dos empregados públicos e dá outras providências
Lei 6.133/2018	DODF nº 67, 09/04/2018	Estabelece a estratégia Saúde Família como modelo da atenção primária do Distrito Federal e promove medidas para seu fortalecimento.  <b>Art. 2º</b> As gratificações previstas no art. 1º, I, da Lei nº 318, de 23 de setembro de 1992, e na Lei nº 2.339, de 12 de abril de 1999, podem ser pagas ao agente comunitário de saúde, desde que componha equipe de Saúde da Família – eSF, resida na região administrativa em que atua, atinja as metas de desempenho estabelecidas em regulamento e cumpra os demais requisitos previstos em lei.  Parágrafo único. As metas de desempenho para o recebimento das gratificações previstas no caput pelo agente comunitário de saúde devem relacionar-se, no mínimo, ao cadastramento da população sob sua responsabilidade e ao número de visitas domiciliares realizadas.

## VIGILÂNCIA AMBIENTAL E ATENÇÃO COMUNITÁRIA À SAÚDE

Lei complementar nº 974	28/09/2020 DODF nº 204, de 27/10/2020	Altera a Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011...(…) estabelecendo critérios para o adicional de insalubridade aos servidores públicos do Distrito Federal que atuem diretamente no controle, na prevenção e no atendimento relacionados ao vírus da Covid-19 (…).Art. 1º O art. 83 da Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 3º a 8º
Portaria nº 548,	08/06/2021 DODF nº 106, de 09/06/2021	Institui o Teletrabalho na SES
Portaria nº 149	28/05/2021 DODF nº 105, de 08/06/2021	Indenização de Transporte - Carreira Vigilância Ambiental e Atenção Comunitária à Saúde
Portaria nº 243	09/09/2021 DODF nº 173, de 14/09/2021	Altera a Portaria nº 149, de 28 de maio de 2021 que dispõe sobre a indenização pelo uso de veículo próprio devida aos ocupantes dos cargos da carreira Vigilância Ambiental e Atenção Comunitária à Saúde do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, de que trata o art. 22 da Lei nº 5.237, de 16 de dezembro de 2013.
Lei nº 7.098	02/04/2022 DODF nº 29 A, de 02/04/2022	Cria a Gratificação de Atividades de Vigilância Ambiental em Saúde - Gavas, para os Agentes de Vigilância Ambiental em Saúde da Secretaria de Saúde do Distrito Federal e dá outras providências Art. 1º Fica concedida aos Agentes de Vigilância Ambiental em Saúde – AVAS, dos quadros de pessoal da Secretaria de Saúde do Distrito Federal (Lei nº 5.237, de 16 de dezembro de 2013), a Gratificação de Atividades de Vigilância Ambiental em Saúde – Gavas, a título de incentivo pelo desenvolvimento dos trabalhos prestados à população e ao sistema de saúde do Distrito Federal, em caráter permanente e precário, no valor de R\$ 2.000,00. Art. 2º A Gratificação instituída por esta Lei será concedida, exclusivamente, aos servidores especificados no art. 1º da Lei nº 5.237, de 2013, aos ATIVOS/INATIVOS, da carreira acima especificada do quadro da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal.
Lei nº 7.098 Republicada (*)	02/04/2022 DODF nº 65, de 05/04/2022	(*) Republicado por erro de caracteres na ementa, publicado na Edição Extra nº 29-A, de 02 de abril de 2022, página 06
Lei nº 7.114	02/04/2022 DODF nº 29A, de 02/04/2022	Altera a Lei nº 4.266, de 11 de dezembro de 2008, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 37, IX, da Constituição Federal, e dá outras providências.
Decreto nº 43.262	02/05/2022 DODF nº 81, de 03/05/2022	Dispõe sobre a regulamentação do art. 2º e parágrafo único da Lei nº 6.133, de 06 de abril de 2018, em relação às metas de desempenho para o recebimento das gratificações previstas na Atenção Primária à Saúde pelo <b>Agente Comunitário de Saúde</b> , as quais são instituídas pelo artigo 1º, inciso I, da Lei nº 318 de 23 de setembro de 1992 e pela Lei nº 2.339, de 12 de abril de 1999 e dá outras providências.

## VIGILÂNCIA AMBIENTAL E ATENÇÃO COMUNITÁRIA À SAÚDE

Lei nº 7.161	01/07/2022 DODF nº 56 A, de 01/07/2022	Altera a Lei nº 6.133, de 6 de abril de 2018 que estabelece a Estratégia Saúde Família como modelo de atenção primária do Distrito Federal e promove medidas para o seu fortalecimento, e dá outras providências. Art. 1º O art. 2º da Lei nº 6.133, de 6 de abril de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação: Art. 2º As gratificações previstas no art. 1º, I, da Lei nº 318, de 23 de setembro de 1992, e na Lei nº 2.339, de 12 de abril de 1999, são devidas aos Agentes Comunitários de Saúde – ACS, da carreira Vigilância Ambiental e Atenção Comunitária à Saúde, instituída pela Lei nº 5.237, de 16 de dezembro de 2013.
Decreto nº 44.160	25/01/2022 DODF nº 19, de 26/01/2023	Dispõe sobre o retorno dos servidores do quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal que se encontram desempenhando suas atividades funcionais no Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal.
Portaria Conjunta nº 06	25/01/2022 DODF nº 25, de 03/02/2023	Define as atribuições dos cargos Agente de Vigilância Ambiental em Saúde e Agente Comunitário de Saúde da carreira Vigilância Ambiental e Atenção Comunitária à Saúde do Quadro de Pessoal do Distrito Federal.
Lei nº 7.253	02/05/2023 DODF nº 82, de 03/05/2023	Dispõe sobre o reajuste geral dos servidores ativos, aposentados e pensionistas da administração direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal.

Atualizado: 31/07/2023